

AGEVAP

ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA
BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL

CONTRATO Nº 21/2012

**DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO MONITORAMENTO
E GESTÃO DE DADOS RELATIVOS À QUALIDADE
E QUANTIDADE DE ÁGUA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO
RIO PARAÍBA DO SUL**



COHIDRO
consultoria estudos projetos

AGOSTO / 2013

**CARACTERIZAÇÃO DOS PLANOS
E PROGRAMAS EXISTENTES
(ATIVIDADE 501)**

**ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – AGEVAP**

CONTRATO Nº 021/2012

**PLANO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL E PLANOS DE
AÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DAS BACIAS AFLUENTES**

“CARACTERIZAÇÃO DOS PLANOS E PROGRAMAS EXISTENTES”

(Atividade 501)

Agosto de 2013

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. ABRANGÊNCIA.....	5
3. DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	6
3.1. Governo Federal	6
3.2. Governo do Rio de Janeiro.....	20
3.3. Governo de Minas Gerais	24
3.4. Governo de São Paulo.....	29
4. PLANEJAMENTO ENERGÉTICO.....	34
5. BANCOS / AGÊNCIAS DE FOMENTO	37
5.1. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	37
5.1.1. Meio Ambiente	38
5.1.1.1. Produto - FINEM	38
5.1.1.2. Programa - ProPlástico - Socioambiental.....	40
5.2. Agência Estadual de Fomento do Estado do Rio de Janeiro	43
5.2.1. Pró-Ambiental.....	43
5.2.2. Pró-Economia Verde.....	44
5.3. Agência de Desenvolvimento Paulista	45
5.3.1. Linha Economia Verde Municípios.....	45
5.4. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.....	46
5.4.1. BDMG Saneamento	46
6. INVESTIMENTOS PRIVADOS	48
6.1. São João da Barra (RJ).....	48
6.2. Resende (RJ).....	52
6.3. Porto Real (RJ).....	54
6.4. Bacia de Campos (RJ)	55
7. CONCLUSÃO	57
8. FONTES DE PESQUISA.....	61

TABELAS

Tabela 1 - Programas e Ações do Governo Federal	7
Tabela 2: Programas e Ações do Governo do Estado do Rio de Janeiro	21
Tabela 3: Programas e Ações do Governo do Estado de Minas Gerais	25
Tabela 4: Estratégia de Desenvolvimento	28
Tabela 5: Indicadores e Metas	28
Tabela 6: Programas e Ações do Governo do Estado do São Paulo	30

1. INTRODUÇÃO

A bacia hidrográfica do Paraíba do Sul tem grande relevância para o Governo Federal por perpassar por 03 (três) estados federados que juntos movimentam significativamente a economia do país.

Diante disso, o levantamento dos recursos financeiros com potencial aplicação na bacia do Paraíba do Sul teve início no Plano Plurianual (PPA) 2012 – 2015 do Governo Federal e no Orçamento Federal de 2013.

Posteriormente, o levantamento ocorreu no Plano Plurianual 2012 – 2015 e no Orçamento do Governo do Estado do Rio de Janeiro, devido a maior parte de abrangência da bacia do Paraíba do Sul ser neste estado.

Por fim, o levantamento foi realizado nos Planos Plurianuais 2012 – 2015 e nos Orçamentos dos estados de Minas Gerais e de São Paulo por ter menor abrangência territorial da bacia do Paraíba do Sul, mas não por ter menor importância, sendo apenas a definição de um critério de pesquisa.

Nos 03 (três) estados foram pesquisados os planos estratégicos de longo prazo, tendo como finalidade verificar a consolidação das ações de curto prazo previstas nos orçamentos e nos planos plurianuais.

Neste trabalho também foi destacada a importância das companhias de água dos estados e seu relevante papel na gestão e distribuição de água, sendo um braço executivo do Governo Estadual.

Foram levantadas as linhas de créditos nos bancos/agências Federal e Estaduais de fomento, sendo no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na Agência Estadual de Fomento do Estado do Rio de Janeiro (AgeRio), na Agência de Desenvolvimento Paulista (Desenvolve SP) e no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), para aplicações voltadas a preservação ambiental.

Por fim, foi realizado levantamento com os maiores usuários de água para identificar os investimentos privados previstos para a bacia do rio Paraíba do Sul nos sites da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG),

bem como consulta em jornais especializados, pesquisa nos sites das empresas e demais entidades públicas e privada que tem atuação nessa bacia.

Após a realização da Oficina com o Setor Usuário, prevista para o período de 01 a 03/10/2013, serão colhidas mais informações sobre a bacia do rio Paraíba do Sul as quais serão incorporadas na versão final do relatório.

2. ABRANGÊNCIA

O levantamento dos programas e ações realizados nos PPAs e nos Orçamentos Federal e estaduais (RJ, MG e SP) foi pautado na aplicação de recursos nas áreas de infraestrutura hídrica, abastecimento de água, saneamento, resíduos sólidos e transporte.

Os valores previstos nos PPAs pesquisados somam R\$ 6,29 bilhões, com identificação de 25 programas de governos e 37 ações distintas. A previsão de recursos nos orçamentos de 2013 somam R\$ 622,74 milhões.

Os recursos identificados são de aplicabilidade nacional ou estadual, o que necessita de gestão junto aos órgãos para viabilizar a aplicação desses recursos na bacia do Paraíba do Sul.

A eficiência em elaborar projetos nas diversas áreas identificadas potencializa as possibilidades de êxito na liberação de recursos junto aos entes federados, o que, conseqüentemente, melhorará a qualidade de vidas das populações ribeirinhas e os municípios que compõem a bacia hidrográfica do Paraíba do Sul.

Também foram verificadas as linhas de créditos nos bancos/agências de fomento no âmbito federal e estaduais, que são potenciais financiadores de projetos voltados para as áreas pesquisadas neste trabalho, bem como os investimentos previstos para aplicação pela iniciativa privada.

3. DISPONIBILIDADE DE RECURSOS

3.1. Governo Federal

No levantamento realizado foi verificada a disponibilidade de recurso em torno de R\$ 131,3 milhões no Governo Federal, com aplicação prevista entre 2013. A sistemática adotada no PPA 2012 – 2015, mais adiante evidenciada, não permitiu verificar os recursos previstos neste instrumento de planejamento para o período.

Os recursos estão distribuídos entre o Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional, Ministério das Cidades, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Pesca e Aquicultura, Fundação Nacional de Saúde, Agência Nacional de Águas, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

De forma complementar a pesquisa realizada, e especificamente no PPA 2012-2015, consta o Programa 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos, onde há recursos alocados na ordem de R\$1,86 bilhão para o horizonte de 04 (quatro) anos. Este programa é composto de vários objetivos, metas e iniciativas que vão ao encontro das prioridades definidas no Plano Nacional de Recursos Hídricos. Consta também o Programa 2051 – Oferta de Água, com recursos financeiros previstos na ordem de R\$12,07 bilhões. Os recursos não foram contabilizados no detalhamento deste trabalho por serem valores globais e para o horizonte de 04 (quatro) anos, o que poderia de certa forma amplificar a disponibilidade de tais recursos, e por não ser possível mensurar os valores disponíveis por ações ou objetivos.

As ações extraídas do Plano Plurianual Federal 2012 - 2015, instituído pela Lei n. 12.593/2012, e do Orçamento, instituído pela Lei n. 12.798/2013, perpassam por implantação de projetos de irrigação, recuperação e preservação de bacias hidrográficas, recuperação de estradas vicinais, entre outras, conforme se apresentam no detalhamento abaixo:

Tabela 1 - Programas e Ações do Governo Federal

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	LOCALIZAÇÃO /REGIÃO DA APLICAÇÃO	PPA META FÍSICA			PPA POR PROGRAMA	ORÇAMENTO 2013	IMPACTO		
				2013	2014	2015	R\$	R\$			
2013	AGRICULTURA IRRIGADA	CONCLUIR A IMPLANTAÇÃO DAS ETAPAS NECESSÁRIAS À VIABILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DOS PROJETOS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO EXISTENTES, REVITALIZAR AS INFRAESTRUTURAS DE USO COMUM E PROMOVER A EXPLORAÇÃO DAS ÁREAS JÁ IMPLANTADAS EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL COM VISTA À TRANSFERÊNCIA DE GESTÃO.	10BC	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - EM MUNICÍPIOS	NO ESTADO DE MINAS GERAIS	20	-	-	-	750.000,00	NEGATIVO
2026	CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	COORDENAR A FORMULAÇÃO, O PLANEJAMENTO E A AVALIAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, EM ARTICULAÇÃO COM OS ESTADOS, COM A POLÍTICA AMBIENTAL E COM AS DEMAIS POLÍTICAS SETORIAIS, CONSIDERANDO A NECESSÁRIA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE.	20VR	RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	NACIONAL	6	-	-	-	4.115.000,00	POSITIVO
			4980	FOMENTO À CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE COMITÊS E DE AGÊNCIAS EM BACIAS HIDROGRÁFICAS	NACIONAL	2	-	-	-	100.000,00	POSITIVO

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	LOCALIZAÇÃO /REGIÃO DA APLICAÇÃO	PPA META FÍSICA			PPA POR PROGRAMA	ORÇAMENTO 2013	IMPACTO		
				2013	2014	2015	R\$	R\$			
2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	AMPLIAR E QUALIFICAR A OFERTA DE BENS E SERVIÇOS PARA A MELHORIA DA INFRAESTRUTURA TERRITORIAL, CONSOLIDANDO A ABORDAGEM TERRITORIAL COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA O BRASIL RURAL.	12NR	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS PARA MUNICÍPIOS COM ATÉ 50.000 HABITANTES	NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	4	-	-	-	1.500.000,00	POSITIVO
					NO ESTADO DE MINAS GERAIS	185	-	-	-	21.591.753,00	POSITIVO
					NO ESTADO DE SÃO PAULO	9	-	-	-	2.460.000,00	POSITIVO
2036	FLORESTAS, PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS	PROMOVER A RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS, COM ÊNFASE NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE RESERVA LEGAL, POR MEIO DE PESQUISA E INSTRUMENTOS DE ADEQUAÇÃO E REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE IMÓVEIS RURAIS.	8288	RECUPERAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL DE ÁREAS DEGRADADAS	NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	4	-	-	-	4.000.000,00	POSITIVO
2040	GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	PROMOVER A PREVENÇÃO DE DESASTRES COM FOCO EM MUNICÍPIOS MAIS SUSCETÍVEIS A INUNDAÇÕES, ENXURRADAS,	127A	OBRAS DE MACRODENAGEM E CONTROLE DE EROSIÃO MARINHA E FLUVIAL	NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	100	-	-	-	800.000,00	POSITIVO

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	LOCALIZAÇÃO /REGIÃO DA APLICAÇÃO	PPA META FÍSICA			PPA POR PROGRAMA	ORÇAMENTO 2013	IMPACTO	
				2013	2014	2015	R\$	R\$		
	DESLIZAMENTOS E SECA, POR MEIO DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL, MONITORAMENTO DA OCUPAÇÃO URBANA E IMPLEMENTAÇÃO DE INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS E EMERGENCIAIS.		NO ESTADO DE MINAS GERAIS	100	-	-	-	1.000.000,00	POSITIVO	
		8865	APOIO AO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO E ENCOSTAS EM ÁREAS URBANAS (PREVENÇÃO DE RISCOS)	NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	-	-	-	300.000,00	POSITIVO
2051	OFERTA DE ÁGUA	1851	IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA	NO ESTADO DE MINAS GERAIS	12	-	-	-	1.000.000,00	POSITIVO
		1851	IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA - EM MUNICÍPIOS	NO ESTADO DE MINAS GERAIS	25	-	-	-	2.500.000,00	POSITIVO

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	LOCALIZAÇÃO /REGIÃO DA APLICAÇÃO	PPA META FÍSICA			PPA POR PROGRAMA R\$	ORÇAMENTO 2013 R\$	IMPACTO	
				2013	2014	2015				
		1851	IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA	NO ESTADO DE MINAS GERAIS	20	-	-	-	300.000,00	POSITIVO
		1851	IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	NO ESTADO DE MINAS GERAIS	20	-	-	-	25.000.000,00	POSITIVO
		11PO	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE POÇOS DE ÁGUA SUBTERRÂNEA	NO ESTADO DE MINAS GERAIS	10	-	-	-	800.000,00	POSITIVO
		1851	IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA	NO ESTADO DE MINAS GERAIS	48	-	-	-	3.000.000,00	POSITIVO
		1851	IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA - EM MUNICÍPIOS	NO ESTADO DE MINAS GERAIS	20	-	-	-	2.000.000,00	POSITIVO

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	LOCALIZAÇÃO /REGIÃO DA APLICAÇÃO	PPA META FÍSICA			PPA POR PROGRAMA R\$	ORÇAMENTO 2013 R\$	IMPACTO			
				2013	2014	2015						
				11PO	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE POÇOS DE ÁGUA SUBTERRÂNEA	NO ESTADO DE MINAS GERAIS	10	-	-	-	200.000,00	POSITIVO
				11PO	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE POÇOS DE ÁGUA SUBTERRÂNEA	NO ESTADO DE SÃO PAULO	9	-	-	-	1.320.000,00	POSITIVO
2052	PESCA E AQUICULTURA	AUMENTAR A PRODUÇÃO DE ORGANISMOS AQUÁTICOS DE FORMA SUSTENTÁVEL, ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DE PARQUES AQUÍCOLAS, DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E AMBIENTAL, DA REALIZAÇÃO DE PESQUISAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DA MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PRODUTIVAS, COM FOCO NO POTENCIAL AQUÍCOLA BRASILEIRO E NOS RECURSOS SUBEXPLOTADOS E INEXPLOTADOS.	20Y0	FOMENTO À PRODUÇÃO PESQUEIRA E AQUÍCOLA	NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	9405	-	-	-	35.023.868,00	POSITIVO	

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	LOCALIZAÇÃO /REGIÃO DA APLICAÇÃO	PPA META FÍSICA			PPA POR PROGRAMA R\$	ORÇAMENTO 2013 R\$	IMPACTO		
				2013	2014	2015					
2067	RESÍDUOS SÓLIDOS	PROMOVER A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM ÊNFASE NA REESTRUTURAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS, NA INTEGRAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES, COOPERATIVAS E REDES DE COOPERAÇÃO DE CATADORES, NA ESTRUTURAÇÃO DO PLANEJAMENTO DO SETOR, NO GERENCIAMENTO DE ÁREAS CONTAMINADAS E NA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA RESPEITANDO AS PECULIARIDADES REGIONAIS.	20MG	ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS, PROJETOS, OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA A COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	NO ESTADO DE SÃO PAULO	1	-	-	-	129.000,00	POSITIVO
2068	SANEAMENTO BÁSICO	IMPLANTAR MEDIDAS ESTRUTURANTES QUE VISEM À MELHORIA DA GESTÃO EM SANEAMENTO D42 COMPREENDENDO A ORGANIZAÇÃO, O PLANEJAMENTO, A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, A REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, E A PARTICIPAÇÃO E CONTROLE	10GE	IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM MUNICÍPIOS DE ATÉ 50.000 HABITANTES	NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	2	-	-	-	1.000.000,00	POSITIVO

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	LOCALIZAÇÃO /REGIÃO DA APLICAÇÃO	PPA META FÍSICA			PPA POR PROGRAMA	ORÇAMENTO 2013	IMPACTO	
				2013	2014	2015	R\$	R\$		
	<p>SOCIAL.</p> <ul style="list-style-type: none"> . AMPLIAR A COBERTURA DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM COMUNIDADES RURAIS, TRADICIONAIS E ESPECIAIS (QUILOMBOLAS, ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA, INDÍGENAS, DENTRE OUTRAS), E POPULAÇÃO RURAL DISPERSA, PRIORIZANDO SOLUÇÕES ALTERNATIVAS QUE PERMITAM A SUSTENTABILIDADE DOS SERVIÇOS. . EXPANDIR A COBERTURA E MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO EM ÁREAS URBANAS, POR MEIO DA 	10GD	<p>IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM MUNICÍPIOS DE ATÉ 50.000 HABITANTES, EXCLUSIVE DE REGIÕES METROPOLITANAS OU REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (RIDE)</p>	NO ESTADO DE MINAS GERAIS	8	-	-	-	2.000.000,00	POSITIVO

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	LOCALIZAÇÃO /REGIÃO DA APLICAÇÃO	PPA META FÍSICA			PPA POR PROGRAMA	ORÇAMENTO 2013	IMPACTO	
				2013	2014	2015	R\$	R\$		
	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS ESTRUTURANTES NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, COM ÊNFASE EM POPULAÇÕES CARENTES DE AGLOMERADOS URBANOS E EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE LOCALIZADOS EM BOLSÕES DE POBREZA.	10GG	IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS PÚBLICOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM MUNICÍPIOS DE ATÉ 50.000 HABITANTES, EXCLUSIVE DE REGIÕES METROPOLITANAS OU REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (RIDE)	NO ESTADO DE MINAS GERAIS	143	-	-	-	17.550.000,00	POSITIVO

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	LOCALIZAÇÃO /REGIÃO DA APLICAÇÃO	PPA META FÍSICA			PPA POR PROGRAMA	ORÇAMENTO 2013	IMPACTO	
				2013	2014	2015	R\$	R\$		
		1N08	APOIO À IMPLEMENTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIAS DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 50 MIL HABITANTES OU MUNICÍPIOS INTEGRANTES DE REGIÕES METROPOLITANAS OU DE REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO	NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	500	-	-	-	1.950.000,00	POSITIVO

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	LOCALIZAÇÃO /REGIÃO DA APLICAÇÃO	PPA META FÍSICA			PPA POR PROGRAMA	ORÇAMENTO 2013	IMPACTO
				2013	2014	2015	R\$	R\$	
		7656 IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE AÇÕES E SERVIÇOS SUSTENTÁVEIS DE SANEAMENTO BÁSICO EM COMUNIDADES RURAIS, TRADICIONAIS E ESPECIAIS PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	NO ESTADO DE SÃO PAULO	10	-	-	-	250.000,00	POSITIVO

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	LOCALIZAÇÃO /REGIÃO DA APLICAÇÃO	PPA META FÍSICA			PPA POR PROGRAMA	ORÇAMENTO 2013	IMPACTO	
				2013	2014	2015	R\$	R\$		
		116I	APOIO A SISTEMAS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 50 MIL HABITANTES OU MUNICÍPIOS INTEGRANTES DE REGIÕES METROPOLITANAS OU DE REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO.	NO ESTADO DE SÃO PAULO	1300	-	-	-	700.000,00	POSITIVO

É importante destacar que o PPA 2012-2105 tem uma formatação diferente dos planos anteriores. A formatação adotada no PPA, da atual gestão do Governo Federal, foi necessária para iniciar o novo ciclo de desenvolvimento no Brasil, no qual o Estado desempenha um papel indutor importante, onde procurou resgatar o planejamento governamental, sobretudo nos últimos 08 (oito) anos. Entretanto, os Planos Plurianuais ainda não haviam absorvido boa parte dessa concepção de planejamento.

O PPA 2012-2015 possui uma estrutura inovadora que reflete uma concepção de planejamento influenciada, especialmente, pela formulação e implementação das principais agendas executadas no período recente, como o PAC, o Bolsa Família, o PDE e o Minha Casa, Minha Vida, entre outros.

Assim, as alterações na estrutura do PPA decorrem do aprendizado do governo na implementação de políticas exitosas responsáveis pelo desenvolvimento recente no Brasil e, também, dos limites da estrutura anterior que permitia uma sobreposição entre PLANO e ORÇAMENTO, dois institutos que, apesar de complementares, possuem diferenças essenciais.

O Plano foi construído a partir da dimensão estratégica definida pelo governo e organizado à luz dos cenários econômico, social, ambiental e regional. A partir daí foram concebidos os Programas, que, no modelo de administração tradicional, respondem pela dimensão tática do PPA.

Os Programas Temáticos no novo modelo foram concebidos, então, a partir de recortes mais aderentes às políticas públicas. As unidades que agregam as políticas possuem delimitações mais abrangentes e uniformes entre si, dialogando, portanto, com formulações reconhecidas pelo governo e pela sociedade.

Essa delimitação dos Programas Temáticos facilita a relação entre as dimensões estratégica, tática e operacional do governo, confere um novo significado à dimensão tática no Plano e qualifica a comunicação dentro do governo e deste com a sociedade. Interessante notar que a aproximação dos Programas Temáticos com os temas de políticas públicas possibilitou a definição de indicadores dotados de maior capacidade de revelar aspectos das políticas e contribuir com a gestão.

Além dos Programas Temáticos, o Plano apresenta um conjunto de Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. Essas unidades contemplam despesas destinadas ao apoio e à manutenção da ação governamental ou, ainda, àquelas não tratadas nos Programas Temáticos. De forma geral, cada Ministério ou Secretaria equiparada a Ministério tem um único programa dessa natureza.

Outra inovação no PPA é a inexistência do detalhamento das Ações, que agora constam apenas dos Orçamentos. A alteração visa a garantir uma distinção entre Plano e Orçamento, a fim de respeitar as diferenças estruturais entre eles. A sobreposição anterior confundia o PPA com o Orçamento à medida que mantinha níveis idênticos de agregação entre os instrumentos.

Com a finalidade de criar condições para que o PPA estabeleça relações mais adequadas com todos os insumos necessários à viabilização das políticas, os Programas Temáticos do PPA 2012-2015 estão organizados em Objetivos que, por sua vez, são detalhados em Metas e Iniciativas.

A figura a seguir demonstra a estrutura dos programas temáticos constantes do novo modelo do Plano Plurianual 2012-2015:



Elaboração:SPI/MP

Pode-se verificar na figura acima que os recursos financeiros são alocados por PROGRAMAS, para toda a vigência do PPA, ou seja, os valores são para os 04 (quatro) anos de vigência do instrumento de planejamento. Desta forma, para o levantamento constante neste trabalho, referente ao Governo Federal, não foi possível indicar os recursos financeiros disponíveis no PPA para cada ação identificada no orçamento federal, pois se fosse registrado o valor do PROGRAMA poderia ser gerada uma distorção nas informações referente à disponibilidade dos recursos.

3.2. Governo do Rio de Janeiro

No Plano Plurianual 2012 – 2015 do Governo do Rio de Janeiro, instituído pela Lei n. 6.126/2011, e no Orçamento Estadual, instituído pela Lei n. 6.380/2013, foram identificadas disponibilidades de recursos, cujos programas e ações têm objetivos com potencial aplicabilidade na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul.

No PPA foram identificados programas e ações que somam R\$ 2,35 bilhões, sendo destes R\$ 86 milhões previstos no Orçamento para aplicação no exercício de 2013.

Os recursos estão centralizados em duas secretarias, sendo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços e Secretaria de Estado do Ambiente. Foram identificados três programas e cinco ações que tem disponibilidades de recursos para potencializar atividades que poderão alavancar o desenvolvimento da bacia.

O quadro a seguir detalha os programas e ações com potencial capacidade de recursos que poderão ser aplicados na bacia do Paraíba do Sul:

Tabela 2: Programas e Ações do Governo do Estado do Rio de Janeiro

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	LOCALIZAÇÃO /REGIÃO DA APLICAÇÃO	PPA META FÍSICA			PPA POR PROGRAMA R\$	ORÇAMENTO 2013 R\$	IMPACTO		
				2013	2014	2015					
0162	PACTO PELO SANEAMENTO	REDUZIR O PASSIVO AMBIENTAL DO ESTADO DECORRENTE DA DISPOSIÇÃO INADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS COM ENCERRAMENTO E REMEDIAÇÃO (ERRADICAÇÃO) DE LIXÕES E VAZADOUROS, PROMOVENDO A INCLUSÃO SÓCIO-PRODUTIVA DOS CATADORES E O INCENTIVO AOS MUNICÍPIOS PARA DESTINAÇÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. AMPLIAR O ACESSO DA POPULAÇÃO AOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E REVITALIZAR AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.	1000	RIO MAIS LIMPO	ESTADO	6	6	6	2.017.535.228,00	25.000.000,00	POSITIVO
		1642	PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL	ESTADO	2	2	2	0,00		POSITIVO	

PROGRAMA		OBJETIVO	AÇÃO	LOCALIZAÇÃO /REGIÃO DA APLICAÇÃO	PPA META FÍSICA			PPA POR PROGRAMA	ORÇAMENTO 2013	IMPACTO	
					2013	2014	2015	R\$	R\$		
0290	SANEAMENTO BÁSICO	PROMOVER AÇÕES QUE VISEM À UNIVERSALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO AMPLIAR O TRANSPORTE E TRATAMENTO DE ESGOTOS COLETADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO, CONSOLIDANDO AS AÇÕES DE DESPOLUIÇÃO DA BAÍA DE GUANABARA, COMPLEXO LAGUNAR DA BARRA DA TIJUCA E LAGOA RODRIGO DE FREITAS. IMPLANTAR REDE DE SANEAMENTO BÁSICO DOS DEMAIS MUNICÍPIOS, PROMOVENDO A MELHORIA DOS INDICADORES DE SAÚDE, ALÉM DE GARANTIR A SUSTENTABILIDADE DOS CORPOS HÍDRICOS DO ESTADO.	1522	ESGOTAMENTO SANITÁRIO - PAC/FECAM	ESTADO	1	1	1	52.800.000,00	13.000.000,00	POSITIVO
0391	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SETOR ENERGÉTICO	ESTIMULAR A EXPANSÃO DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE ENERGIA NO ESTADO, COM A UTILIZAÇÃO CRESCENTE DE FONTES ALTERNATIVAS RENOVÁVEIS E LIMPAS E MEDIDAS DE COMBATE AO DESPERDÍCIO E DE OTIMIZAÇÃO DO USO DA CAPACIDADE INSTALADA.	A431	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA	MÉDIO PARAÍBA	1	1	1	527.200,00	0,00	NEGATIVO
0410	GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	COMPATIBILIZAR E PERMITIR A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS, A PARTIR DA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS, PROJETOS DE BARRAGENS OU SOLUÇÕES ALTERNATIVAS QUE POSSIBILITEM A UNIVERSALIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA, IRRIGAÇÕES E CONTROLE DE CHEIAS.	1097	GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	ESTADO	4	4	4	285.800.000,00	48.000.000,00	POSITIVO

Conforme consta no Plano Estratégico do Governo do Estado do Rio de Janeiro 2012 – 2031, o Estado apresenta o segundo maior PIB e a terceira maior população entre os 26 (vinte e seis) Estados e o Distrito Federal, e é o quarto menor Estado em extensão territorial.

A Secretaria de Ambiente (SEA) tem 03 (três) agendas prioritárias que colocam em marcha o roteiro para o desenvolvimento com sustentabilidade, conforme consta no Plano Estratégico. A Agenda Marrom que contempla as atividades de controle da poluição mediante a expansão do sistema de coleta e tratamento de esgoto e da infraestrutura para a disposição de resíduos sólidos. Na Agenda Azul encontra-se a gestão de recursos hídricos fluviais, lacustres e marinhos. A Agenda Verde, por fim, abriga ações de proteção e recuperação de florestas.

Cabe ressaltar, conforme constam no Plano Estratégico, que as maiores parcelas do total de recursos orçamentários atribuídos a projetos no PPA 2012 – 2015, do Estado, serão destinadas às funções de Saneamento (16%), Transporte (16%) e Urbanismo (15%), bem como em Gestão Ambiental (10%).

No Plano constam 15 indicadores projetados para serem alcançados até 2031, sendo destacados os que têm relevância para este estudo, conforme a seguir:

- **População com acesso à rede de abastecimento de água;**
- **População com serviço de coleta de lixo.**

Como pode ser verificado, tanto no planejamento de curto prazo quanto no de longo prazo as questões perpassam pela preservação do meio ambiente e da água, ampliando desta forma a relevância destes no cenário estadual.

Importante destacar que o Governo do Rio de Janeiro tem um importante parceiro na gestão das águas que é a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), que foi constituída oficialmente em 1º de agosto de 1975, oriunda da fusão da Empresa de Águas do Estado da Guanabara (CEDAG), da Empresa de Saneamento da Guanabara (ESAG) e da Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro (SANERJ).

A CEDAE opera e mantém a captação, tratamento, adução, distribuição das redes de águas, além da coleta, transporte, tratamento e destino final dos esgotos gerados dos

municípios conveniados do Estado do Rio de Janeiro, e realiza vários projetos, para garantir água de qualidade, saúde e conforto ao seu mercado consumidor.

3.3. Governo de Minas Gerais

No Governo de Minas Gerais foram identificados recursos para aplicação nos quatros anos do Plano Plurianual 2012 – 2015 na ordem de R\$ 111,5 milhões, sendo para o Orçamento de 2013 a previsão de aplicação de R\$ 45,95 milhões.

O Plano Plurianual foi instituído pela Lei n. 20.024/2102, e o Orçamento Estadual pela Lei n. 20.625/2013, sendo nestes instrumentos de planejamento identificadas disponibilidades de recursos, cujos programas e ações têm objetivos com aplicabilidade na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul.

Os recursos estão distribuídos na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, e o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais. Foram identificados sete programas e oito ações que tem disponibilidades de recursos para potencializar atividades que poderão alavancar o desenvolvimento da bacia.

O quadro a seguir detalha os programas e ações com potencial capacidade de recursos que poderão ser aplicados na bacia do Paraíba do Sul:

Tabela 3: Programas e Ações do Governo do Estado de Minas Gerais

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	LOCALIZAÇÃO /REGIÃO DA APLICAÇÃO	PPA META FÍSICA			PPA POR PROGRAMA R\$	ORÇAMENTO 2013 R\$	IMPACTO		
				2013	2014	2015					
046	QUALIDADE AMBIENTAL	PROMOVER A REDUÇÃO NA GERAÇÃO E A VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS E EFLUENTES, POR MEIO DA REUTILIZAÇÃO E RECICLAGEM, VISANDO A REDUÇÃO DOS CUSTOS DE COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL, POUPIANDO ENERGIA E RECURSOS NATURAIS E OTIMIZANDO A INFRAESTRUTURA EXISTENTE, COM INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA DOS CATADORES. PROMOVER O CONSUMO SUSTENTÁVEL DE MATERIAS PRIMAS E INSUMOS, A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, A MELHORIA DAS PRÁTICAS DE GESTÃO DE RESÍDUOS E EFLUENTES E A REABILITAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E CONTAMINADAS.	1231	REDUÇÃO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS	ESTADO	32	40	80	29.506.841,00	10.400.000,00	POSITIVO
113	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS	DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS, PROJETOS, ESTUDOS TÉCNICOS E AÇÕES QUE CONTRIBUAM PARA A MELHORIA DA QUALIDADE E QUANTIDADE DAS ÁGUAS DO ESTADO, BEM COMO O SEU USO RACIONAL E SUSTENTÁVEL; COORDENAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS DE QUALIDADE DA ÁGUA - TERÁGUA.	4562	PESQUISA, PROJETOS E PROGRAMAS PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	ESTADO	3	4	4	3.040.371,00	760.000,00	POSITIVO

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	LOCALIZAÇÃO /REGIÃO DA APLICAÇÃO	PPA META FÍSICA			PPA POR PROGRAMA R\$	ORÇAMENTO 2013 R\$	IMPACTO
				2013	2014	2015			
	CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO, ESPECIALMENTE NAS REGIÕES MENOS DESENVOLVIDAS DE MINAS GERAIS, MEDIANTE PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS SIMULTANEAMENTE COM A EXPANSÃO E OTIMIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA, DE FORMA A GARANTIR A OFERTA SUSTENTÁVEL DE ÁGUA EM QUANTIDADE E QUALIDADE ADEQUADAS AOS USOS MÚLTIPLOS.	4088 PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS - PRÓ-ÁGUA	ESTADO	1	0	0	100.000,00	50.000,00	POSITIVO
116	ESTRADAS VICINAIS DE MINAS	4127 CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	ESTADO	17.800	16.201	16.201	14.159.387,00	3.207.659,00	POSITIVO
130	INFRAESTRUTURA RURAL	4184 CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	ESTADO	25	15	15	9.169.364,00	4.455.092,00	POSITIVO

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	LOCALIZAÇÃO /REGIÃO DA APLICAÇÃO	PPA META FÍSICA			PPA POR PROGRAMA R\$	ORÇAMENTO 2013 R\$	IMPACTO		
				2013	2014	2015					
132	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA MUNICIPAL	FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL ATRAVÉS DE INVESTIMENTOS EM EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, VISANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.	1107	APOIO AOS MUNICÍPIOS EM INTERVENÇÕES DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL	ESTADO	1	1	1	25.166.376,00	18.846.000,00	POSITIVO
177	MINAS SEM FOME	DISPONIBILIZAR ÁGUA EM QUANTIDADE E QUALIDADE PARA RESIDÊNCIAS DE FAMÍLIAS DE AGRICULTORES CARENTES DA REGIÃO DO SEMI-ÁRIDO, A PARTIR DE POÇOS JÁ CONSTRUÍDOS.	4051	APOIO À IMPLANTAÇÃO DE REDES DOMICILIARES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	ESTADO	800	1.600	1.600	1.680.000,00	240.000,00	POSITIVO
701	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PROMOVER O FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS COMITÊS DE BACIAS, VISANDO A GESTÃO DESCENTRALIZADA E PARTICIPATIVA, CONFORME PREVISTO NO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS.	2090	APOIO AOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	ESTADO	36	36	36	28.678.139,00	8.001.000,00	POSITIVO

Conforme consta no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2011 – 2030, o Estado de Minas Gerais tem relevante destaque no cenário nacional e teve participação de 9,4% no PIB brasileiro em 2010.

A Estratégia de Desenvolvimento abordada no PMDI, especificamente no Capítulo IV, item “4.6 – Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável” tem como um dos objetivos estratégicos “Implementar e integrar a gestão, aprimorar a conservação, a preservação, a defesa e a melhoria da qualidade ambiental.”. Os indicadores e metas definidas para o horizonte temporal do PMDI, que têm vinculação com o item 4.6, ora citado, são os destacados a seguir:

Tabela 4: Estratégia de Desenvolvimento

INDICADOR	FONTE	SITUAÇÃO ATUAL	2015	2022	2030
Número de bacias hidrográficas com a melhoria no Índice de Qualidade das Águas (IQA)	Semad / Igam	7 (2010)	11	11	11
Percentual de áreas preservadas em relação ao território total	Semad	6,4% (2010)	7,3%	8,5%	9,8%
Percentual da população urbana com acesso à disposição adequada de Resíduos Sólidos Urbanos	Semad / Feam	52,7 (2010)	75%	90%	100%

Fonte: PMDI 2011 – 2030

Já no item “4.11 Rede de Infraestrutura” consta registrado no PMDI os seguintes indicadores e metas:

Tabela 5: Indicadores e Metas

INDICADOR	FONTE	SITUAÇÃO ATUAL	2015	2022	2030
Percentual de domicílios com acesso à rede de abastecimento de água	PNAD / IBGE	2,3% (2008)	100%	100%	100%
Percentual de domicílios com acesso à rede de esgoto ou fossa séptica	PNAD / IBGE	2,89% (2009)	87,2%	96,2%	100%

Fonte: PMDI 2011 – 2030

Pode-se perceber que no PMDI há relevante preocupação com a preservação dos recursos ambientais e da água, que de certa forma sofrem impactos com a melhoria dos indicadores ora expostos.

Um importante agente do Governo Mineiro é a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA MG), criada por meio da Lei 6.475, de 14 de novembro de 1974.

A empresa trabalha com planejamento estratégico, combate às perdas de água, inova tecnologicamente, prioriza a melhoria do relacionamento com seus clientes, entre outras.

Trabalhando junto à sociedade no desenvolvimento de soluções para os desafios ambientais globais como a preservação dos recursos naturais, as mudanças climáticas, a degradação dos solos, o crescimento demográfico e urbano e as ameaças a biodiversidade, a COPASA assume seu papel de liderança no setor de saneamento desenvolvendo tecnologias e implantando serviços eficientes de saneamento.

Atua na preservação dos recursos hídricos na sua forma mais ampla aliando as suas atividades operacionais a sensibilização ambiental da população atendida e de seus funcionários, a busca contínua pela adequação e melhoria de processos produtivos e o incentivo ao consumo consciente e à preservação ambiental nas comunidades abastecidas. A educação para o consumo sustentável, as soluções integradas de proteção dos mananciais e as ações de recuperação ambiental integradas ao tratamento de esgotos são exemplos efetivos de atividades que têm permitido recuperar mananciais em todo o estado de Minas Gerais.

3.4. Governo de São Paulo

No PPA 2012 - 2015 do Governo de São Paulo foram identificados potenciais recursos para aplicação na bacia do Paraíba do Sul na ordem de R\$ 3,82 bilhões, sendo para o Orçamento de 2013 a previsão de aplicação de R\$ 359,44 milhões.

Os instrumentos de planejamentos foram instituídos pela Lei n. 14.676/2011 e pela Lei n. 14.925/2012, sendo respectivamente para o Plano Plurianual e o Orçamento Estadual.

Os recursos foram identificados apenas na Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos, em cinco programas e sete ações que tem disponibilidades de recursos para potencializar atividades que poderão alavancar o desenvolvimento da bacia.

O quadro a seguir detalha os programas e ações com potencial capacidade de recursos que poderão ser aplicados na bacia do Paraíba do Sul:

Tabela 6: Programas e Ações do Governo do Estado do São Paulo

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	LOCALIZAÇÃO /REGIÃO DA APLICAÇÃO	PPA META FÍSICA			PPA POR PROGRAMA R\$	ORÇAMENTO 2013 R\$	IMPACTO	
				2013	2014	2015				
3904	SANEAMENTO PARA TODOS	2461	PRÓ-CONEXÃO	ESTADO	24.000	24.000	24.000	222.358.983,00	30.000.000,00	POSITIVO
3907	INFRAESTRUTURA HÍDRICA, COMBATE ÀS ENCHENTES E SANEAMENTO	1021	SERVIÇOS E OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E COMBATE A ENCHENTES.	ESTADO	3	4	4	2.983.855.668,00	224.221.919,00	POSITIVO
		1596	ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS	ESTADO	20	100	100		10.038.428,00	POSITIVO

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	LOCALIZAÇÃO /REGIÃO DA APLICAÇÃO	PPA META FÍSICA			PPA POR PROGRAMA	ORÇAMENTO 2013	IMPACTO		
				2013	2014	2015	R\$	R\$			
3913	PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	EXECUTAR AS AÇÕES DA POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS, PLANEJANDO E ADMINISTRANDO O APROVEITAMENTO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO, DE ACORDO COM O OBJETIVO EXPRESSO NA LEI ESTADUAL N. 7.663/91.	5399	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CAPACITAÇÃO PARA O USO RACIONAL DOS RECURSOS HÍDRICOS.	ESTADO	4	4	4	39.530.576,00	988.407,00	POSITIVO
3932	PLANEJAMENTO E PROMOÇÃO DO SANEAMENTO NO ESTADO	MODERNIZAR E ADEQUAR OS MECANISMOS DE ATUAÇÃO DO ESTADO AO MARCO REGULATÓRIO PARA APOIAR E DESENVOLVER O SETOR DE SANEAMENTO.	2080	SANEAMENTO RURAL E DE PEQUENAS LOCALIDADES ISOLADAS	ESTADO	10.360	50.000	50.000	124.000.082,00	25.900.000,00	POSITIVO
3934	GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	COORDENAR À POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS E IMPLEMENTAR AS AÇÕES PREVISTAS NO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS.	2466	FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA BACIA DO PARAÍBA DO SUL - RECURSOS COBRANÇA DO USO DA ÁGUA	ESTADO	7	100	100	452.427.732,00	3.200.000,00	POSITIVO
			1153	OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - FEHIDRO	ESTADO	300	300	300		65.100.000,00	POSITIVO

No Portal do Governo do Estado de São Paulo (<http://saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=221925>) consta registrado que foi assinado um convênio, em 27 de agosto de 2012, para elaboração de um planejamento estratégico de longo prazo, intitulado SP2030 – Construir juntos o futuro de São Paulo. O prazo inicialmente definido para a elaboração do plano é de 01 (um) ano.

Importante destacar que o Governo do Estado de São Paulo tem como importante braço executivo a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB).

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) é a agência do Governo do Estado responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento e licenciamento de atividades geradoras de poluição, com a preocupação fundamental de preservar e recuperar a qualidade das águas, do ar e do solo.

A CETESB é o órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo nos campos do controle da poluição e da aplicação da legislação florestal, órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais (SEAQUA) e órgão do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH). Atua na execução das políticas de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, notadamente no âmbito das questões afetas às mudanças climáticas e emissão de poluentes atmosféricos, da avaliação de impacto ambiental, dos resíduos, da prevenção de riscos ambientais graves, da prevenção e controle integrado da poluição, da proteção aos mananciais e da educação ambiental, assegurando a participação e informação da população do Estado de São Paulo.

Em 07.08.2009, entrou em vigor a Lei 13.542, sancionada pelo Governo do Estado, em 08 de maio, que criou a "Nova CETESB". A agência ambiental paulista ganhou uma nova denominação e novas atribuições, principalmente no processo de licenciamento ambiental no Estado. Com a mudança, ganha fôlego institucional de uma verdadeira Agência Ambiental, eliminando o antigo modelo, já superado, de comando e controle, e adotando a agenda da gestão ambiental dentro da ótica da sustentabilidade.

Para o cidadão ou o empreendedor haverá apenas uma única porta de entrada para os pedidos de licenciamento ambiental, que eram expedidas por quatro departamentos do sistema estadual de meio ambiente: o Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais (DEPRN), o Departamento de Uso do Solo Metropolitano (DUSM), o Departamento

de Avaliação de Impacto Ambiental (DAIA) e a própria CETESB. A unificação e a centralização do licenciamento na estrutura da CETESB torna mais ágil a expedição do documento, reduzindo tempo e barateando os custos.

A nova CETESB atende uma antiga reivindicação do setor produtivo e do próprio sistema ambiental. Além de manter a função de órgão fiscalizador e licenciador de atividades consideradas potencialmente poluidoras, a nova CETESB passa a licenciar atividades que impliquem no corte de vegetação e intervenções em áreas consideradas de preservação permanente e ambientalmente protegida.

4. PLANEJAMENTO ENERGÉTICO

A Matriz Energética Nacional 2030, cujo responsável legal é o Ministério das Minas e Energia (MME), compõe com o Plano Nacional de Energia 2030 (PNE 2030) o par de relatórios principais que consolidam os estudos desenvolvidos sobre a expansão da oferta e da demanda de energia no Brasil nos próximos 25 anos.

A Matriz Energética do Brasil tem destaque internacional por ser composta pela alta participação de fontes renováveis de energia, inicialmente somente por empreendimentos hidroelétricos na produção de eletricidade, proporcionando ao País uma matriz mais limpa em termos de poluição ambiental.

Neste cenário cabe destacar, no que concerne a energia elétrica, que para manter a alta participação renovável, a hidroelétrica continua sendo a que apresenta condições mais favoráveis para a produção de energia, tanto pelo potencial existente, como pela sua atratividade econômica.

No entanto, para uma política de longo prazo, torna-se fundamental preparar o País para a futura transição entre uma expansão predominantemente hidrelétrica para uma expansão com participação crescente de fontes alternativas renováveis, como eólica e outras, e de usinas térmicas.

As atividades de formulação de políticas públicas, planejamento e regulação na área ambiental são descentralizados no Brasil, envolvendo não somente órgãos dos governos federal e estadual, mas municipal também.

O mesmo tipo de descentralização foi estabelecido pela Lei no. 9.433/1997, para a área de recursos hídricos. Esta lei criou um novo agente, o Comitê de Bacia Hidrográfica, composto por representantes dos municípios da bacia e responsável por elaborar o Plano da Bacia Hidrográfica e por definir as prioridades de uso da água na bacia. Nota-se, por conseguinte, a importância deste novo agente para os interesses e atividades do setor energético.

A diretriz política do governo nesse assunto deve ser no sentido de incrementar a articulação entre as políticas energética, social, econômica e ambiental no Brasil, aproximando os trabalhos desenvolvidos pelo Ministério de Minas e Energia e pelo Ministério do Meio Ambiente, não somente para acelerar os procedimentos de obtenção de licenças ambientais,

mas também para garantir soluções ambientais mais robustas para os problemas energéticos brasileiros.

No Plano Nacional de Energia 2030, é enfatizado que o aproveitamento dos recursos hídricos, tanto para geração elétrica como para abastecimento de água (urbano, industrial, rural, animal), irrigação, transporte, lazer, turismo, pesca e outros usos, é um vetor importante de desenvolvimento regional e deve ser planejado considerando os interesses de usos dos diversos agentes.

Conforme consta nesse mesmo instrumento de planejamento, a bacia do rio Paraíba do Sul é uma das principais, do ponto de vista socioeconômico, que compõem a região hidrográfica do Atlântico Sudeste.

A tabela a seguir demonstra o potencial hidrelétrico da bacia do rio Paraíba do Sul:

Tabela 7: Região hidrográfica do Atlântico Sudeste – potencial hidrelétrico (MW)

Sub-bacia	Existente	Inventário	Estimado	Total	%
Doce	948	3.643	98	4.689	31,8
Paraíba do Sul	1031	2.455	383	3.869	26,3
Itanhaém e outros	902	2.030	29	2.961	20,1
Macaé e outros	635	417	359	1.411	9,6
Ribeira do Iguape	457	537	74	1.068	7,2
Itabapoana e outros	134	419	177	730	5,0
Total	4.107	9.501	1.120	14.728	
%	27,9	64,5	7,6	100	100

Fonte: Plano Nacional de Energia 2030 – MME

Nota: 1) existente em dezembro de 2005, incluindo os aproveitamentos já licitados: Barra do Braúna (39 MW) e Simplício (334 MW), na sub-bacia do rio Paraíba do Sul, e Baú (110 MW) e Baguari (140 MW), na sub-bacia do rio Doce; 2) inventário nesta tabela indica o nível mínimo de estudo do qual foi objeto o potencial.

Considerando o potencial hidrelétrico nessa região e que o rio Paraíba do Sul é uma das suas principais bacias, os recursos orçamentários destacados neste trabalho disponíveis nos Governos Federal e estaduais (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo) são potenciais possibilidades de alavancar as economias locais.

Conforme consta no Plano Nacional, são evidências dessa evolução econômica a instalação da Usina de Ilha dos Pombos, no rio Paraíba do Sul, construída pela Light na terceira década

do século passado, e os complexos de Cubatão e Lages, também da Light, com os quais se desviou parte da vazão dos rios Pinheiros-Tietê e Piraí-Paraíba do Sul, respectivamente, para aproveitar desnível de centenas de metros na Serra do Mar. Ambos os complexos foram de fundamental importância para o desenvolvimento das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, então capital federal. Resolveram, à época, a questão do abastecimento de energia elétrica e ainda viabilizaram o abastecimento de água àqueles centros.

5. BANCOS / AGÊNCIAS DE FOMENTO

5.1. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), empresa pública federal, é hoje o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, em uma política que inclui as dimensões social, regional e ambiental.

Desde a sua fundação, em 1952, o BNDES se destaca no apoio à agricultura, indústria, infraestrutura e comércio e serviços, oferecendo condições especiais para micro, pequenas e médias empresas. O Banco também vem implementando linhas de investimentos sociais, direcionados para educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e transporte urbano.

O apoio do BNDES se dá por meio de financiamentos a projetos de investimentos, aquisição de equipamentos e exportação de bens e serviços. Além disso, o Banco atua no fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e destina financiamentos não reembolsáveis a projetos que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico.

Em seu Planejamento Corporativo 2009/2014, o BNDES elegeu a inovação, o desenvolvimento local e regional e o desenvolvimento socioambiental como os aspectos mais importantes do fomento econômico no contexto atual, e que devem ser promovidos e enfatizados em todos os empreendimentos apoiados pelo Banco.

Na pesquisa realizada no BNDES foram identificadas linhas de créditos para apoiar ações voltadas para a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente, para projetos de saneamento básico, eco eficiência e recuperação de passivos ambientais.

5.1.1. Meio Ambiente

O BNDES considera a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente condições essenciais para a humanidade. Por isso, o desenvolvimento socioambiental é uma diretriz estratégica e se reflete na política de financiamentos do Banco.

Assim, o BNDES busca sempre o aperfeiçoamento dos critérios de análise ambiental dos projetos que solicitam crédito e oferece suporte financeiro a empreendimentos que tragam benefícios para o desenvolvimento sustentável. Além disso, o Banco reforça sua política ambiental por meio de ações internas que buscam o envolvimento do corpo funcional e por meio de protocolos em que firma o compromisso público de promover o desenvolvimento em harmonia com o equilíbrio ecológico.

5.1.1.1. Produto – FINEM

O FINEM tem como finalidade apoiar investimentos envolvendo saneamento básico, eco-eficiência, racionalização do uso de recursos naturais, mecanismo de desenvolvimento limpo, recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, sistemas de gestão e recuperação de passivos ambientais.

A linha de crédito disponibilizada pelo FINEM é para financiamentos, com valor superior a R\$ 10 milhões, a projetos de implantação, expansão e modernização de empreendimentos. A atuação do BNDES, no âmbito do FINEM, para apoio a investimentos no meio ambiente, é realizada através das seguintes linhas de financiamento:

Saneamento Básico: Projetos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais, comerciais, domiciliares e hospitalares. Os projetos deverão envolver os investimentos relacionados ao encerramento de eventuais depósitos de lixo (“lixões”) existentes na região.

Eco eficiência - Racionalização do Uso de Recursos Naturais: Aumento da reciclagem interna e externa de materiais.

Recuperação de Passivos Ambientais: Recuperação de áreas degradadas, mineradas ou contaminadas, como: deposições antigas, depósitos de resíduos sólidos ou aterros abandonados, áreas de empréstimo, bota-fora, derramamento de líquidos, óleos e graxas, percolação de substâncias nocivas, lençol freático contaminado, presença de amianto ou de transformadores com ascarel, áreas alteradas sujeitas a erosões e voçorocas, terras

salinizadas, áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente degradadas ou utilizadas para outros fins.

Principais características referentes ao financiamento:

- **Clientes:**
 - **Sociedades com sede e administração no País, de controle nacional ou estrangeiro;**
 - **Empresários individuais;**
 - **Associações e fundações;**
 - **Pessoas jurídicas de direito público.**
- **Valor mínimo de financiamento: R\$ 10 milhões.**

As condições financeiras para o apoio da linha de financiamento Meio Ambiente se baseia nas diretrizes do produto BNDES Finem, com algumas condições específicas, descritas a seguir.

- **Taxa de juros:**

Apoio direto <i>(operação feita diretamente com o BNDES)</i>	Custo Financeiro + Remuneração Básica do BNDES +Taxa de Risco de Crédito
Apoio indireto <i>(operação feita por meio de instituição financeira credenciada)</i>	Custo Financeiro + Remuneração Básica do BNDES + Taxa de Intermediação Financeira + Remuneração da Instituição Financeira Credenciada

- Custo Financeiro: TJLP;
- Remuneração Básica do BNDES: 0,9% a.a.;
- Taxa de Risco de Crédito: até 4,18% a.a., conforme o risco de crédito do cliente;
- Taxa de Intermediação Financeira: 0,5% a.a. somente para grandes empresas; MPMEs estão isentas da taxa;
- Remuneração da Instituição Financeira Credenciada: negociada entre a instituição financeira credenciada e o cliente;
- Participação máxima do BNDES: 80% dos itens financiáveis.

Observação: Esse limite pode ser aumentado para empreendimentos localizados nos municípios beneficiados pela Política de Dinamização Regional (PDR).

- **Prazo Total:** Determinado em função da capacidade de pagamento do empreendimento, da empresa ou do grupo econômico;
- **Garantias:**
 - Para apoio direto: definidas na análise da operação;
 - Para apoio indireto: negociadas entre a instituição financeira credenciada e o cliente;
- **Encaminhamento:** as solicitações de apoio financeiro são encaminhadas diretamente ao BNDES por meio de Consulta Prévia, preenchida segundo as orientações do roteiro de informações.

5.1.1.2. Programa - ProPlástico – Socioambiental

O ProPlástico tem como finalidade apoiar investimentos envolvendo a racionalização do uso de recursos naturais, mecanismos de desenvolvimento limpo, sistemas de gestão e recuperação de passivos ambientais e financiar projetos e programas de investimentos sociais realizados por empresas da cadeia produtiva do plástico. As linhas de financiamento para apoiar investimentos na área de meio ambiente são:

- Aumento na reciclagem interna e externa de materiais e no uso de recursos hídricos;
- Utilização voluntária de tecnologias mais limpas: sistemas de prevenção, redução, controle e tratamento de resíduos industriais, efluentes e emissões de poluentes;
- Redução do consumo de energia e substituição de combustíveis de origem fóssil (óleo diesel e gasolina) por fontes renováveis (biodiesel, etanol, energia hídrica, eólica ou solar);
- Coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos;
- Recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade;
- Projeto relacionado ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL);
- Sistemas de gestão ambiental ou integrada; capacitação do corpo técnico das empresas e constituição de unidade organizacional dedicada às questões ambientais; certificações ambientais; e
- Recuperação de Passivos Ambientais.
- Principais características referentes ao financiamento:
- Valor mínimo para apoio: R\$ 3 milhões.
- Taxa de Juros: Custo Financeiro + Remuneração Básica do BNDES + Taxa de Risco de Crédito;
- Custo Financeiro e Remuneração Básica do BNDES: na composição da Taxa de Juros, o Custo Financeiro e a Remuneração Básica do BNDES variam de acordo com o empreendimento apoiável.

Empreendimento Apoiável	Custo Financeiro	Remuneração Básica do BNDES (% a.a.)
Meio Ambiente	<u>TJLP</u>	0,9
Investimento Social de Empresas - Âmbito da Comunidade.		0
Investimento Social de Empresas - Âmbito da Empresa.		0,9

Alguns itens passíveis de apoio, conforme descritos a seguir, deverão ser financiados em condições diferenciadas:

Itens Financiados	Custo Financeiro	Remuneração Básica do BNDES
Máquinas e equipamentos novos nacionais.	<u>TJLP</u>	0,9
Máquinas e equipamentos importados, sem similar nacional.	<u>Cesta</u> ou <u>UMIPCA</u> ou <u>TS</u> ou <u>TJ3</u> ou <u>TJ6</u>	2,5
Capital de giro associado ao projeto.	<u>Cesta</u> ou <u>UMIPCA</u> ou <u>TS</u> ou <u>TJ3</u> ou <u>TJ6</u>	2,5

Observação: o Custo Financeiro será Cesta para operações com empresas cujo controle seja exercido, direta ou indiretamente, por pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, destinadas a investimentos em setores de atividades econômicas não enumerados pelo Decreto nº 2.233/97.

- **Taxa de Risco de Crédito: Para o empreendimento apoiável Meio Ambiente:**
 - **0,5% ao ano para MPME e média-grande empresa;**
 - **até 4,18% ao ano, conforme o risco de crédito do cliente, para grande empresa.**
- **Participação máxima do BNDES:**

Itens Financiados	Participação Máxima
Máquinas e equipamentos nacionais novos	70% do valor dos itens financiáveis *
Máquinas e equipamentos importados, sem similar nacional	60% do valor dos itens financiáveis
Demais itens passíveis de apoio	100% do valor dos itens financiáveis

*Observações referentes à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais novos: A participação máxima do BNDES na aquisição de máquinas e equipamentos nacionais pode ser aumentada para empreendimentos localizados nos municípios beneficiados pela Política de Dinamização Regional (PDR).

- **Prazo total: Até 10 anos, incluindo até 03 (três) anos de carência e até 07 (sete) anos de amortização;**
- **Garantias: Definidas na análise da operação, observadas as normas do BNDES pertinentes;**
- **Encaminhamento: As solicitações de apoio deverão ser encaminhadas ao BNDES pela empresa interessada, através de Consulta Prévia, preenchida segundo as orientações do roteiro de informações.**

5.2. Agência Estadual de Fomento do Estado do Rio de Janeiro

A Agência Estadual de Fomento do Estado do Rio de Janeiro (AgeRio) tem como principal objetivo estimular o desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro, sempre mantendo a responsabilidade socioambiental e as boas práticas de governança.

Por meio de recursos próprios; de repasses de linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Caixa Econômica Federal (FGTS) e da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep (Inovacred); ou de fundos de fomento, a AgeRio investe em projetos de todos os portes, da micro à grande empresa, contribuindo para a geração de emprego e renda, e para o aumento da qualidade de vida dos cidadãos fluminenses.

A Agência foi criada pelo Decreto Estadual nº 32.376, de 12/12/2002, e é uma sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do estado do Rio de Janeiro (Sedeis).

5.2.1. Pró-Ambiental

Com a AgeRio, os municípios do Estado do Rio de Janeiro tem a oportunidade de financiar a construção, reforma e ampliação de projetos voltados para a sustentabilidade, como usinas de reciclagem, centrais de triagem, estações de esgoto e água. A linha de crédito também

atende à necessidade de equipar, mobiliar e prover toda a estrutura necessária para tornar o município sustentável e ambientalmente responsável.

O limite de crédito para financiamento é de até R\$ 20 milhões por projeto, com financiamento de até 100% dos itens.

As condições de financiamentos para Municípios são as constantes a seguir, e os itens financiáveis são – Centrais de Triagem; Usinas de Reciclagem e Estações de Tratamento de Água e Esgoto:

Taxa anual	Carência até	Prazo até
SELIC+4%	48	240
a partir de	meses	meses

5.2.2. Pró-Economia Verde

A preservação do ambiente e a sustentabilidade são um compromisso de todos com a sociedade e as futuras gerações. Por meio da AgeRio, os municípios podem financiar investimentos destinados a projetos sustentáveis, que visem à redução na emissão de CO2 no ambiente e reduzam o impacto ambiental nas atividades da administração pública.

O limite de crédito para financiamento é de até R\$ 5 milhões por projeto, com financiamento de até 100% dos itens.

As condições de financiamentos para Municípios são as constantes a seguir, e os itens financiáveis são – Reformas e adequações para melhoria das construções públicas em eficiência energética e de uso de água; Redução de emissão de gases da frota pública; Implantação de ciclovias; Aproveitamento energético de resíduos; Arborização urbana; e Recuperação de áreas de preservação permanente:

Taxa anual	Carência até	Prazo até
SELIC+4%	24	114

a partir de	meses	meses
--------------------	--------------	--------------

5.3. Agência de Desenvolvimento Paulista

A Agência de Desenvolvimento Paulista (Desenvolve SP) é uma instituição financeira do governo do Estado de São Paulo que promove, desde 2009, o desenvolvimento sustentável do Estado por meio de operações de crédito consciente e de longo prazo para as pequenas e médias empresas paulistas.

O seu objetivo é a melhoria da qualidade de vida da população, contribuindo com a geração de emprego e renda em todas as regiões do Estado, promovendo o desenvolvimento local.

A Desenvolve SP foi instituída pela Lei Estadual 10.853/01 e regulamentada pelo Decreto 52.142/07, vinculada à Secretaria da Fazenda, foi concebida como instrumento institucional de apoio às políticas de desenvolvimento econômico para o Estado de São Paulo.

São parceiros institucionais da Desenvolve SP: Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID), por meio do Instituto Ambiental Brasil Sustentável; Sebrae-SP; e Endeavor Brasil.

5.3.1. Linha Economia Verde Municípios

O objetivo desta linha de crédito é financiar investimento municipal destinado a projetos sustentáveis, que proporcionem redução na emissão de CO² e reduzam o impacto ambiental nas atividades da administração pública.

Os beneficiários são a administração municipal direta, as autarquias e fundações instituídas ou mantidas, direta ou indiretamente, pelos municípios, sendo que as garantias exigidas são as cotas do ICMS e/ou do FPM.

Os itens financiáveis são: Construção Sustentável; Transporte; Saneamento e Resíduos; Recuperação Florestal; e Planejamento Municipal.

As condições de financiamento são as constantes a seguir, cuja participação pode chegar até a 100% do valor dos itens financiáveis:

Taxa mensal	Carência até	Prazo até
0,49%	12	72
a partir de*	meses	meses**

* Atualizado pelo IPC-FIPE | ** incluindo a carência

5.4. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

Como agente financeiro do Governo Estadual, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) vem, ao longo de sua história, apoiando empreendimentos que contribuem para a dinâmica da economia de Minas Gerais. O Banco promove o desenvolvimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável por meio da modernização e diversificação do setor produtivo mineiro, da interiorização do desenvolvimento e da redução das desigualdades regionais.

Vinculado ao Sistema Operacional de Desenvolvimento Econômico do Estado, o BDMG investe em setores vitais para Minas, apoiando desde os grandes empreendimentos até os de micro, pequeno e médio portes, tanto do setor público quanto do setor privado.

Presente em todas as regiões do território mineiro, o Banco fomenta atividades dos mais variados setores: indústria, agricultura e agronegócio, comércio e prestação de serviços, infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Os municípios mineiros contam com o apoio do BDMG para implantação e execução de projetos em diversas áreas, como infraestrutura urbana, saneamento básico e ambiental, desenvolvimento urbano e fortalecimento institucional.

5.4.1. BDMG Saneamento

Parceiro do desenvolvimento de Minas Gerais, o BDMG atua em todo o território estadual oferecendo soluções financeiras para o setor público. Além dos gestores municipais, os permissionários do Poder Público também podem solicitar financiamentos.

O BDMG Saneamento financia projetos de água, esgoto e resíduos sólidos urbanos, sendo as condições de financiamentos, listadas a seguir:

- **IPCA + 7% a.a;**
- **IPCA + 5% a.a., para municípios da região de baixo dinamismo;**
- **Prazo de até 84 (oitenta e quatro) meses, com 12 (doze) meses de carência;**
- **Limite de financiamento de acordo com o porte e o endividamento do município.**

6. INVESTIMENTOS PRIVADOS

O levantamento realizado para identificar os investimentos privados previstos para a bacia do rio Paraíba do Sul perpassou pelos sites da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), bem como consulta em jornais especializados e demais entidades públicas e privada que tem atuação nessa bacia. A pesquisa realizada identificou recursos potenciais advindos da iniciativa privada com previsão de aplicação na bacia do rio Paraíba do Sul. Também foram pesquisados os sites das principais empresas da bacia, com o objetivo de identificar os investimentos previstos.

Já com base no documento disponibilizado pela FIRJAN, denominado “Decisão Rio 2012-2014”, foi possível identificar as empresas que tem previsão de aplicar recursos financeiros nos municípios que compõem a bacia do Paraíba do Sul.

Após a realização da Oficina com o Setor Usuário, prevista para o período de 01 a 03/10/2013, serão colhidas mais informações sobre a bacia do rio Paraíba do Sul as quais serão incorporadas na versão final do relatório.

6.1. São João da Barra (RJ)

Para o município de São João da Barra (RJ) há previsão de aplicação de recursos de montante significativo e de relevante importância. Um deles é o Complexo Portuário do Açúcar que está projetado para receber até 40 navios simultaneamente, incluindo o maior do mundo – do tipo Chinamax, com comprimento equivalente à altura do Pão de Açúcar –, que permite consideráveis ganhos logísticos por transportar quase 400 mil toneladas.

O porto, juntamente com as empresas que se instalarão em sua retroárea, será um importante motor de crescimento no Norte Fluminense, contribuindo fortemente para a diversificação das atividades econômicas e para a criação de novas oportunidades na região.

Já no segmento da indústria de transformação, serão investidos, no período 2012-2014, R\$ 40,5 bilhões. Entre os diversos setores que compõem esse segmento, a indústria naval se destaca, concentrando 38,0% do total (R\$ 15,4 bilhões).

Além de investimentos voltados à construção de embarcações, em um total de R\$ 9,5 bilhões, destacam-se os investimentos referentes à construção do estaleiro da OSX (R\$ 3,0 bilhões),

no Complexo Portuário do Açú, em São João da Barra, voltado para construção de plataformas e embarcações de apoio.

O setor siderúrgico responde por 24,8%, onde consta à implantação da siderúrgica da Ternium, em São João da Barra, no Complexo Portuário do Açú.

Por fim, o setor automotivo responde por 15,1% do total dos investimentos na indústria de transformação, liderado pelos investimentos para a implantação da fábrica da Renault-Nissan, em Resende, e para a expansão da fábrica da PSA Peugeot Citroën, em Porto Real.

Os investimentos previstos para o município de **São João da Barra** são os listados a seguir:

COMPLEXO PORTUÁRIO DO AÇU

Segmento: infraestrutura logística (portos).

Localização: São João da Barra.

Empreendedores: LLX Logística S.A. (LLX).

Descrição do projeto: construção de um terminal portuário em São João da Barra, dotado de dois conjuntos de terminais (TX1 e TX2), com 17 km de cais e capacidade para aproximadamente 40 berços de atracação especializados e dedicados a diferentes famílias de produtos. Na sua capacidade máxima, o porto poderá movimentar 350 milhões de toneladas por ano e terá condições de receber os maiores navios do mundo – modelo Chinamax. O TX1, terminal *offshore*, contará com nove berços, dos quais quatro dedicados a minério de ferro e cinco a petróleo, com 21 m de profundidade, podendo atingir 26 m. O TX2, terminal *onshore*, terá 13 km de cais e berços para movimentação de granéis sólidos, líquidos, produtos siderúrgicos, carvão, ferro-gusa, escória e granito, entre outros. O terminal terá um canal interno de navegação com 6,5 km de extensão, 300 m de largura e até 18 m de profundidade.

Em uma área de 1,7 milhão de m² às margens do canal, se instalarão empresas de apoio às atividades *offshore* de petróleo e gás, tais como a Unidade de Construção Naval (UCN), da OSX, e fábricas de fornecedores.

O Complexo Portuário do Açú integra o Sistema Minas-Rio, projetado pela MMX (do mesmo grupo da LLX) e integralmente adquirido pela Anglo American. O sistema engloba também uma mina de minério de ferro no município de Alvorada de Minas, em Minas Gerais, e um mineroduto de 525 km de extensão, para o transporte de polpa de minério de ferro até o Porto do Açú, onde funcionará uma usina de pelotização.

A prefeitura de São João da Barra concedeu ao Complexo Industrial do Porto do Açú a condição de Distrito Industrial. Com 69 km², abrigará diferentes segmentos industriais, incluindo o estaleiro da OSX, plantas siderúrgicas, de gaseificação, termelétricas, polo metal-mecânico, refinaria, armazenagem e logística.

Mercado potencial: o Sistema MMX Minas-Rio estima que vai produzir até 26,6 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, dos quais 19 milhões de toneladas serão *pellet feed* para exportação e 7,6 milhões de toneladas serão empregadas na produção de 7 milhões de toneladas de pelotas de minério de ferro, beneficiadas na usina de pelotização do porto. Também serão impulsionados pelas indústrias instaladas no distrito industrial setores como o metal-mecânico, a construção civil, o comércio e serviços de saúde e educação para atender à demanda gerada pelo aumento da população local.

Valor total do investimento: R\$ 5,1 bilhões, dos quais R\$ 2,7 bilhões no período 2012-2014.

Descrição das oportunidades: durante a fase de obras, fornecimento de serviços de engenharia e construção pesada, bem como de máquinas e equipamentos variados. O grande contingente de trabalhadores a serem empregados no Complexo Portuário do Açú, estimado em 50 mil, demandará a instalação de comércio e serviços no entorno do empreendimento e na cidade. Também durante a obra haverá aumento na demanda por moradia na região, o que possibilitará o desenvolvimento do setor de construção civil.

O Porto do Açú poderá ser utilizado como base de apoio para as empresas ligadas à atividade de exploração de petróleo da Bacia de Campos. O Complexo Industrial, somado à disponibilidade de energia, matéria-prima e vantagens logísticas, tornará possível a instalação de plantas industriais de diversos setores, como o metal-mecânico e o siderúrgico.

UNIDADE DE CONSTRUÇÃO NAVAL DO AÇÚ (UCN AÇÚ)

Segmento: indústria de construção naval.

Localização: São João da Barra.

Empreendedores: OSX Brasil S.A., por meio de sua subsidiária OSX Construção Naval S.A., hyundai heavy Industries (hhl) e LLX Logística S.A. (LLX).

Descrição do projeto: implantada em uma área de aproximadamente 2,5 milhões de m², expansíveis até 3,2 milhões de m², a Unidade de Construção Naval se dedicará a construção, conversão, reparo e manutenção de quaisquer tipos de embarcações, com ênfase na cadeia produtiva de petróleo e gás. Na fase inicial, a UCN Açú contempla a possibilidade de integrar até seis FPSOs e construir até oito plataformas fixas (WhPs) simultaneamente. Contempla também o processamento de 180 mil toneladas de aço por ano, expansíveis até 400 mil toneladas por ano, e é capaz de integrar 220 mil toneladas por ano, expansíveis até 480 mil toneladas por ano.

O cais do estaleiro terá 2.400 m, com capacidade de expansão para até 3.525 m. O dique seco terá 480 m de comprimento por 130 m de largura e 11 m de profundidade. Será construído um canal de acesso e navegação com comprimento total de cerca de 12.600 m. O estaleiro será dividido em cinco áreas: administrativa, industrial, montagem de módulos, montagem de jaquetas e dique seco. A sul-coreana hyundai, com 10,0% de participação no projeto, vai transferir tecnologia e know-how à OSX.

Valor total do investimento: R\$ 3,5 bilhões, dos quais R\$ 3,0 bilhões no período 2012-2014.

Descrição das oportunidades: construção civil, fornecimento de máquinas e equipamentos pela indústria de navieças.

SIDERÚRGICA TERNIUM

Segmento: siderurgia.

Localização: São João da Barra.

Empreendedor: Techint.

Descrição do projeto: instalação de uma usina siderúrgica no Complexo Industrial do Porto do Açú, para a produção de pelotas de ferro e de aço em forma de placas, chapas, laminados e bobinas. O projeto inclui a abertura e a pavimentação de vias, de modo a melhorar o acesso ao terreno destinado à implantação do empreendimento, que tem área de 13,9 km². Será construído um emissário submarino para lançamento no mar de uma pequena quantidade dos efluentes industriais e esgotos sanitários previamente tratados na planta siderúrgica. Serão instaladas unidades auxiliares: uma usina termelétrica (que fornecerá energia elétrica para o complexo), uma fábrica de oxigênio (responsável por produzir e fornecer os gases industriais) e uma fábrica de cal (para produzir óxido de cálcio e de magnésio, utilizados na produção de aço).

Mercado potencial: em um primeiro momento, a produção será exportada para laminadoras do México e da Argentina. Com o aumento da demanda nacional, impulsionada em especial pela Copa do Mundo de 2014 e pelos Jogos Olímpicos de 2016, e com o crescimento dos investimentos na ampliação da infraestrutura aeroportuária, rodoviária, hoteleira e de energia, a siderúrgica pode destinar parte de sua produção para o mercado interno.

Valor total do investimento: R\$ 21,9 bilhões, dos quais R\$ 8,8 bilhões no período 2012-2014.

Descrição das oportunidades: instalação de indústrias do ramo metal-mecânico no entorno do empreendimento para fornecer produtos e serviços após o início da operação; instalação de comércio e serviços, construção residencial para atender à demanda por novas moradias que surgirão no entorno do Complexo Industrial do Porto do Açú; instalação de micro e pequenas empresas dos segmentos de prestação de serviços e fornecimento de insumos mecânicos, elétricos, hidráulicos e de automação; e atividades associadas ao segmento de obras civis, administrativo e de meio ambiente.

6.2. Resende (RJ)

Para o município de Resende (RJ) os investimentos previstos perpassam pela indústria automobilística que responderá por 15,1% dos investimentos anunciados para a indústria de transformação no período 2012-2014. Tamanho volume de investimentos, de R\$ 6,1 bilhões,

poderá exercer grande impacto sobre a economia do estado do Rio de Janeiro, em especial para os municípios do Sul Fluminense.

De fato, a região receberá praticamente todo o montante dessa indústria, com destaque para os investimentos na construção da nova fábrica da Renault-Nissan, em Resende, e na expansão das fábricas da MAN Latin America, também em Resende, e da PSA Peugeot Citroën, em Porto Real. A demanda por fornecedores, aliada à existência de áreas disponíveis, poderá induzir a criação de um polo automobilístico na região.

De fato, as empresas estão atraindo fornecedores para a região e incentivando a qualificação e a especialização da mão de obra local. Os investimentos poderão, assim, gerar um aumento expressivo da renda dos municípios beneficiados e de outros municípios do entorno.

Destacam-se ainda as externalidades positivas decorrentes da expansão da indústria automobilística, que movimenta diversos outros setores da economia, tais como vidro, borracha e siderurgia. Existe, portanto, um leque diversificado de oportunidades, que devem ficar no radar dos investidores.

Os investimentos previstos para o município de **Resende** são os listados a seguir:

RENAULT-NISSAN

Segmento: indústria automobilística.

Localização: Resende.

Empreendedor: Renault-Nissan.

Descrição do projeto: construção de uma nova fábrica em Resende para o desenvolvimento, a produção e o lançamento de novos produtos. A fábrica terá capacidade de produzir até 200 mil unidades por ano, para venda no país. Quando em operação, a fábrica deverá gerar até 2 mil empregos diretos e 2 mil indiretos.

Valor total do investimento: R\$ 2,6 bilhões, integralmente no período 2012-2014.

Descrição das oportunidades: fornecimento de serviços de engenharia e construção pesada, fornecimento de máquinas, equipamentos e autopeças.

MAN LATIN AMERICA

Segmento: indústria automobilística.

Localização: Resende e Porto Real.

Empreendedor: MAN Latin America.

Descrição do projeto: investimentos no desenvolvimento de uma nova geração de veículos, em novas motorizações e tecnologias, na construção de centro logístico de vendas e estoque, em um terreno de 1,5 milhão de m² em Porto Real, e em pesquisa de novas tecnologias sustentáveis. Adicionalmente, será construído um parque para instalação de fornecedores. O principal objetivo da empresa com os investimentos é aumentar a oferta de veículos comerciais das marcas Volkswagen e MAN.

Valor total do investimento: R\$ 1,0 bilhão, sendo R\$ 600,0 milhões no período 2012-2014.

Descrição das oportunidades: fornecimento de serviços de engenharia e construção pesada, fornecimento de máquinas, equipamentos e autopeças

6.3. Porto Real (RJ)

Para o município de Porto Real (RJ), além da instalação da Man Latin America há previsão da PSA Peugeot – Citroen, conforme informações detalhadas a seguir:

PSA PEUGEOT CITROËN

Segmento: indústria automobilística.

Localização: Porto Real.

Empreendedor: PSA Peugeot Citroën.

Descrição do projeto: investimentos para aumentar a capacidade da produção de motores, que passará de 150 mil/ano para 300 mil/ano, e de veículos, que passará de 280 mil/ano para 400 mil/ano. Serão construídas novas instalações em uma área da própria fábrica, com cerca de 40 mil m². Nessa área, serão construídas uma nova cabine de pintura, novas instalações de chaparia e de montagem, novas superfícies logísticas e infraestrutura para atender ao crescimento da fábrica. Além disso, serão desenvolvidos novos produtos e novas tecnologias.

Valor total do investimento: R\$ 2,3 bilhões, dos quais R\$ 1,7 bilhão no período 2012-2014.

Descrição das oportunidades: fornecimento de serviços de engenharia e construção pesada, fornecimento de máquinas, equipamentos e autopeças.

6.4. Bacia de Campos (RJ)

Considerando a projeção de crescimento do País nos próximos anos e, em especial, do estado do Rio de Janeiro, é fundamental garantir o fornecimento de energia elétrica.

Diante desse crescimento o governo federal, no âmbito do PAC, prevê investimentos para o período 2011-2014, em todo o país. Grande parte desses recursos será destinada a projetos de petróleo e gás, de geração de energia elétrica e a diversos segmentos, tais como transmissão de energia elétrica e combustíveis renováveis.

Para o estado do Rio de Janeiro, especificamente, estão previstos investimentos no setor de petróleo e gás, referentes a diversos projetos da Petrobras e da OGX, além de geração de energia elétrica para o período 2012-2014.

Entre os projetos de geração de energia elétrica, merece destaque a construção da Usina Nuclear Angra 3, com potência de 1.405 MW. A entrada em operação de Angra 3 marcará o aumento da confiabilidade do sistema da Região Sudeste, pois, com as usinas Angra 1 e Angra 2, atenderá a cerca de 60% da demanda por eletricidade do estado do Rio de Janeiro.

Para a Bacia de Campos os investimentos previstos são os listados a seguir:

OGX

Segmento: energia (petróleo e gás).

Localização: Bacia de Campos.

Empreendedor: OGX Petróleo e Gás Participações S.A. (OGX).

Descrição do projeto: a OGX investirá em sua campanha de exploração e produção de petróleo e gás na Bacia de Campos.

Valor total do investimento: R\$ 12,3 bilhões, dos quais R\$ 6,5 bilhões no período 2012-2014.

Descrição das oportunidades: fornecimento de máquinas e equipamentos pela indústria de navieças, construção de embarcações, desenvolvimento de bases de apoio *offshore* e instalação, nos municípios na área de influência, de empresas prestadoras de serviços para as empresas ligadas à atividade de exploração de petróleo e gás.

7. CONCLUSÃO

Pode-se constatar na pesquisa realizada que há uma disponibilidade significativa de recursos orçamentários no Governo Federal e nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo com grande potencial de aplicação na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul.

No quadro a seguir está a disponibilidade de recursos por órgão e por programa de governos:

Tabela 8: Resumo dos Programas de Governos

ÓRGÃO	PROGRAMA		LOCALIZAÇÃO / REGIÃO DA APLICAÇÃO	PPA POR PROGRAMA	ORÇAMENTO 2013
				R\$	R\$
DNOCS	2013	AGRICULTURA IRRIGADA	MINAS GERAIS	-	750.000,00
MMA	2026	CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	NACIONAL	-	4.115.000,00
ANA			NACIONAL	-	100.000,00
MDA	2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	RIO DE JANEIRO	-	1.500.000,00
			MINAS GERAIS	-	21.591.753,00
			SÃO PAULO	-	2.460.000,00
MMA	2036	FLORESTAS, PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS	RIO DE JANEIRO	-	4.000.000,00
MI	2040	GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	RIO DE JANEIRO	-	800.000,00
			MINAS GERAIS	-	1.000.000,00
MCIDADES			RIO DE JANEIRO	-	300.000,00
CODEVASF	2051	OFERTA DE ÁGUA	MINAS GERAIS	-	1.000.000,00
			MINAS GERAIS	-	2.500.000,00
MINAS GERAIS			-	300.000,00	
MINAS GERAIS			-	25.000.000,00	
MINAS GERAIS			-	800.000,00	
DNOCS			MINAS GERAIS	-	3.000.000,00

ÓRGÃO	PROGRAMA		LOCALIZAÇÃO /REGIÃO DA APLICAÇÃO	PPA POR PROGRAMA	ORÇAMENTO 2013
				R\$	R\$
MI			MINAS GERAIS	-	2.000.000,00
			MINAS GERAIS	-	200.000,00
			SÃO PAULO	-	1.320.000,00
MIN. PESCA E AQUICULTURA	2052	PESCA E AQUICULTURA	RIO DE JANEIRO	-	35.023.868,00
MMA	2067	RESÍDUOS SÓLIDOS	SÃO PAULO	-	129.000,00
FUNASA	2068	SANEAMENTO BÁSICO	RIO DE JANEIRO	-	1.000.000,00
			MINAS GERAIS	-	2.000.000,00
			MINAS GERAIS	-	17.550.000,00
MCIDADES			RIO DE JANEIRO	-	1.950.000,00
FNS			SÃO PAULO	-	250.000,00
MCIDADES			SÃO PAULO	-	700.000,00
SEARJ	0162	PACTO PELO SANEAMENTO	RIO DE JANEIRO	2.017.535.228,00	25.000.000,00
			RIO DE JANEIRO		0,00
SEARJ	0290	SANEAMENTO BÁSICO	RIO DE JANEIRO	52.800.000,00	13.000.000,00
SEDEIS/RJ	0391	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SETOR ENERGÉTICO	MÉDIO PARAÍBA	527.200,00	0,00
SEDEIS/RJ	0410	GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	RIO DE JANEIRO	285.800.000,00	48.000.000,00
SEMAD/MG	046	QUALIDADE AMBIENTAL	MINAS GERAIS	29.506.841,00	10.400.000,00
SEMAD/MG	113	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS	MINAS GERAIS	3.040.371,00	760.000,00
			MINAS GERAIS	100.000,00	50.000,00
SEAPA/MG	116	ESTRADAS VICINAIS DE MINAS	MINAS GERAIS	14.159.387,00	3.207.659,00
SEAPA/MG	130	INFRAESTRUTURA RURAL	MINAS GERAIS	9.169.364,00	4.455.092,00
SETOP/MG	132	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA MUNICIPAL	MINAS GERAIS	25.166.376,00	18.846.000,00

ÓRGÃO	PROGRAMA		LOCALIZAÇÃO /REGIÃO DA APLICAÇÃO	PPA POR PROGRAMA	ORÇAMENTO 2013
				R\$	R\$
SEAPA/MG	177	MINAS SEM FOME	MINAS GERAIS	1.680.000,00	240.000,00
FHIDRO/MG	701	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	MINAS GERAIS	28.678.139,00	8.001.000,00
SANEAMENTO/HÍDRICO/S P	3904	SANEAMENTO PARA TODOS	SÃO PAULO	222.358.983,00	30.000.000,00
SANEAMENTO/HÍDRICO/S P	3907	INFRAESTRUTURA HÍDRICA, COMBATE ÀS ENCHENTES E SANEAMENTO	SÃO PAULO	2.983.855.668,00	224.221.919,00
			SÃO PAULO		10.038.428,00
SANEAMENTO/HÍDRICO/S P	3913	PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	SÃO PAULO	39.530.576,00	988.407,00
SANEAMENTO/HÍDRICO/S P	3932	PLANEJAMENTO E PROMOÇÃO DO SANEAMENTO NO ESTADO	SÃO PAULO	124.000.082,00	25.900.000,00
SANEAMENTO/HÍDRICO/S P	3934	GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	SÃO PAULO	452.427.732,00	3.200.000,00
			SÃO PAULO		65.100.000,00

Para o exercício de 2013, a disponibilidade de recursos orçamentários somando-se todos os programas é da ordem de R\$ 622,74 milhões. Já a previsão de investimento no horizonte de 2012 a 2015, constante nos planos plurianuais, é da ordem de R\$ 6,29 bilhões.

A bacia do Paraíba do Sul tem grande relevância no cenário pesquisado, sendo importante que o Comitê de Bacias desenvolva mecanismos que possibilite elaborar projetos que possam ser financiados pelos governos Federal e dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

Importante relatar que as ações de curto prazo previstas nos orçamentos e nos planos plurianuais têm sustentações nos planos de longo prazo, demonstrando que o planejamento governamental vem sendo tratado com mais responsabilidade.

De forma complementar, foi demonstrada a importância das empresas de saneamento e águas dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Foi destacada a importância dos bancos e agências de fomentos nos âmbitos Federal e Estaduais, onde se procurou identificar as linhas de financiamento para aplicação nas ações ambientais que poderão ter reflexo na bacia do rio Paraíba do Sul.

Também foi verificada a previsão de aplicação de recursos referente à participação da iniciativa privada no cenário de crescimento da região da bacia do Paraíba do Sul, principalmente a região onde o Município de São João da Barra está inserido por ser considerada uma área em expansão.

8. FONTES DE PESQUISA

Plano Plurianual Mais Brasil (PPA 2012-2015) - <http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=155&sub=175&sec=10#%23ppaAtual>

Orçamento Federal 2013 - <http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=50&sub=654&sec=8>

Plano Plurianual do Governo do Rio de Janeiro 2012-2015 - <http://www.rj.gov.br/web/seplag/exibeConteudo?article-id=1519294>.

Orçamento do Governo do Rio de Janeiro - <http://www.rj.gov.br/web/seplag/exibeconteudo?article-id=186183>

<http://www.cedae.com.br/>

Plano Plurianual do Governo de Minas Gerais 2012-2015 - <http://www.planejamento.mg.gov.br/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-de-acao-governamental>

Orçamento do Governo de Minas Gerais - <http://www.Planejamento.mg.gov.br/planejamento-e-orcamento/orcamento-do-estado-de-minas-gerais>

<http://www.copasa.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>

Plano Plurianual do Governo de São Paulo 2012-2015 - <http://www.planejamento.sp.gov.br/index.php?id=14>

Orçamento do Governo de São Paulo - <http://www.planejamento.sp.gov.br/index.php?id=13>

<http://www.cetesb.sp.gov.br/#>

Planejamento Energético - http://www.mme.gov.br/mme/menu/aceso_a_informacao/acoes_e_programas/acoes/spe.html

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt

http://www.agerio.com.br/index.php/pt_br/

<http://desenvolvesp.com.br/>

<http://www.bdmg.mg.gov.br/Paginas/default.aspx>

<http://www.firjan.org.br/main.jsp?lumChannelId=402880811F24243A011F243843420638>

<http://www.fiesp.com.br/>

<http://www5.fiemg.com.br/>